

**Resolução nº 18, de 29 de outubro de 2020.**

*Dispõe sobre a elaboração e aprovação de atos normativos no âmbito do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais – MPC-MG.*

O Colégio de Procuradores do Ministério Público de Contas, no exercício da atribuição a que se refere o art. 31-A da Lei Complementar estadual nº 102, de 17 de janeiro de 2008,

CONSIDERANDO a necessidade de se estabelecer o devido procedimento para regulamentar a elaboração e aprovação de normas no âmbito do MPC-MG;

**RESOLVE:**

**Capítulo I**

**Disposições Gerais**

Art. 1º A elaboração e a aprovação de atos normativos, no âmbito do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais – MPC-MG, dar-se-ão nos termos desta Resolução.

Art. 2º Para os efeitos desta Resolução, entende-se como:

I - resolução: ato formal, emanado do Colégio de Procuradores, pelo qual o Ministério Público de Contas delibera acerca do regimento interno, da estrutura organizacional, dos procedimentos, das atribuições e do funcionamento de suas Unidades, bem como de outras matérias de natureza administrativa interna que, a seu critério, devam revestir-se desta forma;

II - portaria: ato formal monocrático pelo qual são instaurados procedimentos ou expedidas determinações gerais ou específicas às unidades internas da instituição, relativas às atividades funcionais e à delegação de competência;

III - ordem de serviço: ato formal monocrático pelo qual são expedidas determinações internas quanto à forma, à realização e à condução dos serviços.

Art. 3º São competentes para a expedição dos atos normativos:

I - o Colégio de Procuradores: quando se tratar de resolução;

II - o Procurador-Geral: quando se tratar de portaria e ordem de serviço no exercício de suas atribuições;

III - o Procurador: quando se tratar de portarias, inerentes à instauração de procedimentos, no âmbito de sua atribuição, bem como às ordens de serviço relativas ao funcionamento interno do seu próprio gabinete.

**Capítulo II**

**Da Resolução**

Art. 4º A iniciativa de projeto de resolução cabe ao Procurador-Geral e aos Procuradores.

§ 1º O início do procedimento dar-se-á com a remessa, à Procuradoria-Geral, do projeto de resolução, acompanhado de justificativa.

§ 2º Recebido o projeto, o Procurador-Geral determinará sua autuação e distribuição aleatória a um Relator.

§ 3º O Procurador-Geral e o autor do projeto participarão da distribuição aleatória.

Art. 5º O Relator deverá remeter cópia do projeto de resolução aos demais Procuradores e ao Procurador-Geral, fixando o prazo de 15 (quinze) dias úteis para o encaminhamento de emendas.

§ 1º As emendas enviadas ao Relator deverão estar acompanhadas das respectivas justificativas.

§ 2º O prazo previsto no caput deste artigo poderá ser prorrogado por igual período, por decisão fundamentada do Relator.

Art. 6º Expirado o prazo previsto no artigo anterior, cumpre ao Relator proceder à devida consolidação do texto, manifestando-se, fundamentadamente, sobre o acatamento, ou não, das emendas apresentadas pelos demais Procuradores, no prazo de 30 (trinta) dias úteis.

Art. 7º Após a consolidação da proposta, o Relator encaminhará os autos à Procuradoria-Geral, solicitando sua inclusão em pauta.

Parágrafo único - Deverá ser encaminhada a todos os Procuradores, por e-mail, cópia da proposta consolidada, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas que antecedam o início da reunião.

Art. 8º A deliberação dar-se-á em reunião do Colégio de Procuradores, com a presença da maioria absoluta dos seus membros.

Art. 9º Considerar-se-á aprovada a proposta de resolução pelo voto favorável da maioria dos presentes.

§1º Em caso de empate, a deliberação do processo será adiada para a reunião seguinte.

§ 2º As resoluções terão numeração sequencial em continuidade à série iniciada em 2011.

§ 3º A resolução aprovada deverá ser publicada na íntegra, no Diário Oficial de Contas e na página oficial do MPC-MG na internet.

### **Capítulo III**

#### **Disposições Finais**

Art. 10. As portarias e as ordens de serviço deverão ser publicadas no Diário Oficial de Contas e na página oficial do MPC-MG na internet.

Art. 11. Os casos omissos desta Resolução serão dirimidos pelo Procurador-Geral.

Art. 12. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**Elke Andrade Soares de Moura**

Procuradora-Geral (Documento assinado digitalmente)